

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 153

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 1998
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 572/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre novo Código de Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 288/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registros, previstos na Lei nº 8935, de 18 de novembro de 1994.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 1876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 442/98, relativo à Mensagem Governamental nº 050/98, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Funcional do Estado.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e nos termos regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 439/98, que trata de declaração de Utilidade Pública do Instituto Gralha Azul.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e nos termos regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei nº 392/98.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a organização de um Seminário "A Pesquisa Florestal na Agricultura Familiar e a Reforma Administrativa", que acontecerá no dia 4 de dezembro de 1998.

As despesas correrão por conta da Assembléia Legislativa, e serão de passagens de avião, nos seguintes trajetos: Brasília/Curitiba/Brasília, São Paulo/Curitiba/São Paulo e RS/Curitiba/RS, mais diárias de hotel para 3 (três) debatedores.

Requer ainda a confecção de 1.000 (mil) cartazes e 2.000 (dois mil) folders para a divulgação e a infra-estrutura (despesas de correio, café, água e serviço de taquigrafia). Este Seminário está sendo promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com o apoio do SINPAF - Seção CNPF e Diretoria da EMBRAPA.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Oswaldo Dória.

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 17, o professor Oswaldo Dória, advogado, economista e técnico em Contabilidade. Ganhou grande destaque pela sua atuação como diretor do Centro de Desenvolvimento Empresarial da Faculdade Católica de Administração e Economia, onde promoveu cursos de pós-graduação e programas especiais de treinamento de executivos.

Fundou e comandou o ISPG - Instituto Superior de Pós-Graduação, com atuação no Paraná e em Santa Catarina.

Dedicou 45 anos ao magistério, sem contar diversas outras atividades, num vasto currículo pautado num caráter íntegro, dinâmico e conciliador.

Casado com D. Angelina Ivanski Dória, o Professor Dória, como era conhecido por todos, deixa os filhos Dariane, Liliane, Cristiane, Luciane, Josiane, Oswaldo Dória Júnior, Ohana (neta e Egon (genro) e uma grande lacuna entre todos aqueles que o conheciam.

REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Ivaiporã, alusivos à comemoração do seu 37º aniversário, comemorado no último dia 19 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal de Ivaiporã, Senhor Luiz Pereira e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Roberto Balbino da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Três Poderes, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã / PR.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de louvor à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, na pessoa do Secretário Doutor Alexandre Fontana Beltrão e do Diretor Geral Doutor Marcos Lacerda Pessoa, pela obtenção do Certificado de Qualidade em Serviços (NBR ISO 9002/94), concedido em 05 de novembro de 1998 pelo Comitê Técnico de Certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

No dia 05 de novembro de 1998 o Comitê de Certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) concedeu o certificado de qualidade em serviços (NBR ISO 9002/94) à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI).

É a primeira Secretaria de Estado do País a receber o certificado de qualidade ISO 9002/94 da ABNT.

O certificado foi concedido pela unanimidade dos membros que compõem o Comitê Técnico da ABNT: PROCOM do Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Instituto Nacional de Tecnologia (INT).

A obtenção do certificado de qualidade ISO 9002/94 só foi possível graças ao excelente trabalho administrativo desenvolvido no âmbito da Secretaria de Estado pelo Diretor Geral Doutor Marcos Lacerda Pessoa e ao empenho do Secretário Doutor Alexandre Fontana Beltrão, que comandou com muito dinamismo todo o processo de implantação

do sistema de qualidade e de eficiência no órgão encarregado de definir os rumos da ciência, da tecnologia e da política do ensino superior no Estado do Paraná.

A Secretaria e o Governo do Estado, estão, pois, de parabéns por mais esta conquista, que coloca o Estado do Paraná numa posição de vanguarda em matéria de reforma nas estruturas da Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Jorge do Ivaí pela passagem do seu 43º aniversário de emancipação política, no próximo dia 08.12.98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor José Luiz Bovo, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Iduilan Zago, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de São Jorge do Ivaí estará comemorando no próximo dia 08.12.98, seus 43 anos de emancipação política, significativa data que será comemorada festivamente.

Toda a população de São Jorge do Ivaí é digna do nosso respeito e admiração na certeza de que continuará colaborando para o engrandecimento cada vez maior do município.

Congratulamo-nos, portanto, pelo espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos os munícipes através da união de forças em benefício do progresso de São Jorge do Ivaí, para alegria e galardão de todos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a população de São Jorge do Ivaí pela bravura com que enfrenta as dificuldades que bem sabemos são inúmeras, mas com muito trabalho e perseverança será recompensada.

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Vitória pela passa-

gem, no próximo dia 08 de dezembro, de seus 34 anos de emancipação política.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Vicente Luiz Shaitz, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Vero Lúcio Vier, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição prestamos nossa homenagem a todos os filhos de Porto Vitória, e também aos que vieram de outras regiões e dão sua parcela de colaboração para o desenvolvimento do município.

Portanto, na tão significativa data de 08 de dezembro/98, que assinala os seus 34 anos de Porto Vitória, é justo que cumprimentemos toda a comunidade pelo muito que tem feito em prol da grandeza de seu município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com toda a população principalmente com aqueles que acreditam que é com muito trabalho e dedicação que se obtém segurança e se escreve o futuro.

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos, votos de congratulações pelo transcurso do 7º aniversário do jornal "Gazeta do Paraná".

Requer ainda, que se dê ciência deste ao Senhor Marcos Formighieri, diretor do referido diário, à Rua Fortunato Bebber, 868, em Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Gazeta do Paraná" comemorou ontem, 23 de novembro, seu 7º ano de circulação, comprovando sobejamente estar certa a assertiva do então Secretário Nacional das Comunicações, Joel Rauber, em discurso de inauguração da sede do diário, de que "a 'Gazeta do Paraná' é um jornal de vanguarda que ira marca a era das comunicações".

Efetivamente, cada vez mais a "Gazeta do Paraná" vem alcançando maior credibilidade em razão de tratar com seriedade dos mais diversificados acontecimentos sempre com o maior respeito pelos leitores.

Por outro lado, a variedade de assuntos, através dos diversos cadernos específicos, torna a

leitura da “Gazeta do Paraná” obrigatória a todos que precisam e querem estar bem informados.

Nossos parabéns a Marcos Formighieri e a toda equipe de jornalistas e funcionários da “Gazeta do Paraná”, com os votos de contínuo sucesso!

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado ofício ao Senhor João Alberto Sautchuk, Engenheiro Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, no sentido de que sejam tomadas urgentes providências para a recuperação da Rodovia BR-153, no trecho Santo Antônio da Platina a Ibaiti, uma vez que a mesma tornou-se intransitável com a quantidade de buracos existentes, bem como de verdadeiras crateras que ocupam toda a pista de rolamento, que podem ocasionar acidentes de proporções imprevisíveis, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia BR-153, conhecida por Transbrasiliana, no trecho que adentra o Estado do Paraná, por Jacarezinho, no Norte Pioneiro, é de fundamental importância para o transporte rodoviário, pois faz a ligação com o Sul do Estado e a Capital Curitiba.

No trecho entre Santo Antônio da Platina e Ibaiti, a BR-153 está intransitável, pela quantidade de buracos existentes em toda a pista e pelas enormes crateras que se formaram, ocupando toda a pavimentação asfáltica, obrigando os motoristas a manobras arriscadas, face a profundidade dos mesmos.

As providências a serem tomadas para a recuperação da rodovia são urgentes e imediatas.

Tal o objetivo do requerimento, sob pena de estarmos sendo omissos diante do grave risco que pode acontecer pelo grande tráfego que a mesma rodovia comporta.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 469/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Amigos da Vila Rubim - ASSAVIR com sede e foro no Município de Cambará.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos da Vila Rubim - ASSAVIR, fundada na cidade de Cambará, no dia 22 de março de 1991, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede à Rua Barão de Rio Branco, 974, na referida cidade.

Encontra-se registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº 055, no Livro A-2, às fls. 09 e foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1009/93, de 1º de dezembro de 1993 e, encontra-se devidamente cadastrada no CGC/MF, sob o nº 81.880.213/0001-57.

Dentre seus objetivo, a ASSAVIR orienta sua atuação para a união dos moradores da Vila Rubim, visando a participação de todos na solução dos problemas coletivos, na reivindicação de melhorias para a Vila Rubim, junto aos órgãos públicos, pela conscientização da população pelos seus direitos e obrigações e pelo bem comum de todos.

Considerando, que em seus mais de sete anos de existência a ASSAVIR vem cumprindo seus objetivos e que atende os requisitos da Lei nº 6.994/78, submetemos ao colendo Plenário esta proposição, visando reconhece-la como de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 470/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado “Centro de Ressocialização Professor Horário Raccanello Filho” o Presídio Industrial de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade maringaense tinha o Doutor Horário Raccanello Filho no mais alto conceito, devido ao seu alto grau de inteligência, honestidade e participação nas causas políticas e sociais da cidade.

Advogado criminalista militante, foi professor na Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá, tendo ocupado a Procuradoria Jurídica do Município no Período de 1969/1972.

Foi Secretário de Estado da Justiça, Procurador Geral do Tribunal de Contas e Consultor Jurídico do Governo do Estado do Paraná

Falecimento em fevereiro deste ano, sua perda tem sido sentida pela comunidade maringense, pois a sua figura era merecedora do mais alto conceito pelos seus valores profissionais e pessoais, que serão sempre motivos enaltecadores de sua memória.

Em toda a sua carreira, destacou-se pela refinada cultura jurídica e pelo apurado senso de Justiça.

Em seu caráter destacava-se a lealdade e sensibilidade com que tratava os problemas da comunidade, tendo tido destacada atuação na área criminal, especialmente no Tribunal do Júri (momentos históricos).

Na defesa dos direitos da cidadania, sempre deu atenção especial aos condenados e sempre se envolveu diretamente na luta pela recuperação do preso.

A atribuição do seu nome ao Presídio Industrial de Maringá, é uma forma de reconhecimento público ao extraordinário trabalho desenvolvido pelo professor Horácio Raccanello Filho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, ilustre Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna esta tarde, com sentimento de indignação. Acho que nos quase quatro anos de mandato, nunca havia subido a esta tribuna, que merece o nosso maior respeito na medida em que representa o povo do Paraná, com tal espírito, mas isto se justifica pelo momento grave que estamos vivendo, por uma atitude de grande irresponsabilidade moral do governo paranaense. Este é o termo: "moral", repito, que deve ser usado.

E, é só, numa forma de alta indignação moral, num momento de profunda e alta indignação moral, que seres humanos se dispõem a um ato de extrema radicalidade como é o ato de uma greve de fome.

Neste momento, aqui na Assembléia Legislativa, no Plenarinho desta Casa, se encontram já por vários dias, desde quarta-feira passada, em greve de fome, oito membros da APP- Sindicato. Professores e funcionários, num ato de profunda indignação moral contra a atitude do governo do estado que, de uma forma irresponsável, fez uma espécie de intervenção branca naquele Sindicato impedindo o repasse da mensalidade de cada professor e de cada funcionário para pleno funcionamento daquela entidade.

Os professores e funcionários em greve dizem, Senhores Deputados, em palavras simples, o seguinte:

(Lê):

"Privo-me da comida, porque me privam da palavra que tem fome de ser.

Privo-me da comida, porque tiram-me a voz e meu direito à organização e tentam tirar-me o respeito.

Tenho fome de verdade.

Tenho fome de saber.

Tenho fome de justiça."

"ELSON RIBEIRO, 39 anos, Professor do Colégio Estadual Segismundo Falarz, Curitiba;

IVANIR GLÓRIA DE CAMPOS, 40 anos, Professora do Colégio Estadual Barão do Rio Branco e Diretora do Núcleo Sindical de Foz do Iguaçu;

INÊS APARECIDA MELLO SOBUTKA, 43 anos, Professora do Colégio Estadual Marilis Faria Pirotelli, Cascavel;

JOSÉ RODRIGUES LEMOS, 35 anos, Professor do Colégio Estadual Cataratas, Cascavel e Diretor da APP-Sindicato;

JOSÉ VALDIVINO DE MORAES, 36 anos, funcionário do Colégio Estadual José Siqueira Rosas, Rosário do Ivaí e Diretor da APP-Sindicato;

MARIA APARECIDA BASSO, 52 anos, Professora da Escola Estadual Professor Nyldes de Arruda, Moreira Sales;

PAULO ROBERTO RODRIGUES AMARO, 36 anos, Professor do Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha e Diretor do Núcleo Sindical de Paranaguá;

VILMA SANTOS COSTA, 34 anos, Pedagoga do Colégio Estadual Mário Brandão Teixeira Braga, Piraquara;...

Estamos em greve de fome até que o Governo Lerner restabeleça o repasse da mensalidade dos professores e funcionários à APP-Sindicato. Nossa contribuição é voluntária e nossa organização, autônoma. Não deixaremos que a destruam. INTERVENÇÃO, NÃO!!!

GREVE DE FOME

dos Professores e Funcionários das

Escolas Públicas do Paraná

APP Sindicato

Em defesa da Escola Pública"

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Senhores Deputados, acho que temos nesse momento grave, uma responsabilidade histórica, uma responsabilidade ética, política e de não permitir que esta greve continue e que a intervenção branca do Governo permaneça.

Não é possível que o Legislativo se curve toda vez ao Executivo, não é possível que a imprensa do

Paraná, tenha dito, em diversas vezes, que são os próprios Deputados da ala do Governo que pediram ao Senhor Governador que impedisse o repasse da mensalidade à APP Sindicato, e que o Deputados nada façam a respeito.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Cedo a Vossa Excelência o tempo da Liderança do PT.

O SR. PÉRICLES DE MELLO

O fato dos Deputados se organizarem em Comissão, que já é um avanço, mas é necessário postura que tencione, sensibilize o Governo que representam a mudar de posição.

Nunca imaginei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que pudesse haver um momento desse tipo na Assembléia Legislativa.

Lutei contra o Regime Militar desde a época de estudante no movimento de 76, 77 e nunca imaginei que em pleno estado de direito um Governo tivesse desfaçatez, essa postura absurda e equivocada de intervir dessa forma no sindicato que representa a categoria.

Mais grave que isso, até não acreditei, quando me mostraram, Senhores Deputados, uma espécie de panfleto, muito comum em época de eleição - em Ponta Grossa fui vítima de panfletos apócrifos na candidatura a Prefeito, mas eu jamais poderia imaginar que um Governo legalmente constituído, reeleito por maioria absoluta do seu Estado, chegue a tal ponto de mandar uma espécie de panfleto semi-apócrifo para a casa dos funcionários e professores atacando de forma mesquinha e desleal o sindicato.

Deputado Valdir Rossoni, tenho um envelope em minhas mãos, que diz o seguinte: essa correspondência, Deputado Valdir Rossoni, os professores do Paraná estão recebendo em suas casas, diz o seguinte: "Leia com atenção e reflita". Veja o tipo de linguagem. Logo a seguir Jornal "Gazeta do Povo", Curitiba, terça-feira, 10 de novembro de 1998, com a coluna do respeitado jornalista Fabio Campana. Está aqui o xerox da fotografia do jornalista Fabio Campana, política, e em baixo escrito: "Protesto: O PMDB do Paraná, acompanhado dos nove micropartidos da coligação de oposições vai engrossar o ato de protesto que a APP está organizando para o dia 12 em frente ao Palácio Iguaçu em defesa do ensino público gratuito. A operação está mobilizando zonais, pessoal dos bairros e a direção pretende que seja a primeira de uma série e manifestações planejadas para desgastar o Governo recém eleito".

Em baixo, logo depois do xerox do Jornal "A Gazeta do Povo" está escrito: "É para isto que você professor e professora da rede pública, elegeu atual diretoria da APP Sindicato?

Para organizar protestos com cunho exclusivamente político e sem compromisso com a classe dos professores? Do outro lado, se olharmos, está lá - Remetente: Secretaria de Estado da Educação. Avenida Água Verde, 2.140- Água Verde, Curitiba Paraná e o CEP.

E o envelope timbrado, Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação.

Desculpe-me, mais uma vez, Deputado Rossoni, sei que o Senhor está fazendo um esforço, e respeitamos, elogiamos seu esforço, mas esperamos que haja uma solução breve para este impasse. Mas isso merece, acho, do Senhor, a mesma indignação que merece de mim, isso é uma coisa baixa. O termo correto que eu poderia usar, jamais faria isso com um político, isso é uma coisa da baixa política, dos porões da política, em que ele é semi-apócrifo, se por um lado está escrito - Secretaria da Educação, mas ninguém se digna a assinar. Se tivesse assinatura de alguém, alguém não se escondesse atrás de uma instituição e assinasse embaixo: Fui eu que mandei, assumo esta responsabilidade.

Mesmo assim seria baixo, agora não tenho assinatura é mais baixo, é mais deselegante, é o porão da política é aquilo que todos queremos ver enterrado, sepultado de uma vez por todas! Porque é uma afronta à ética, à dignidade, à moral, a tudo aquilo que a política pode querer neste momento histórico da humanidade.

Não acreditei quando vi este tipo de coisa. Não é possível que um Governo, eleito pelo povo, institucionalizado, um Governo que tem na sua cabeça uma figura respeitada internacionalmente, como intelectual, como técnico, como político. Um homem que conhece as artes, um homem que fez de Curitiba um exemplo artístico, cultural e simbólico de uma cidade, não é possível que este Governador aceite que do seu governo saia coisas deste tipo, panfletos apócrifos, coisas deselegantes de baixas que nós queríamos para sempre ver sepultadas da luta, do processo e do método de fazer política. Esse governo faz isso, Deputado Valdir Rossoni, usa dinheiro público para remeter a cada professor e a cada funcionário um panfleto desse tipo.

Bom, Senhores Deputados, o Sr. Fábio Campana, que merece todo o nosso respeito e é dono da verdade, tudo que ele diz é um valor absoluto. Se pensarmos assim esse documento é mais indigno ainda e mais deselegante porque ele tenta transformar em verdade absoluta, até desrespeitando a consciência, a inteligência a sabedoria dos funcionários, dos cidadãos paranaenses, quando mandam para sua casa, tentando passar por verdade aquilo que pode ser apenas a posição do jornalista. Que temos o maior respeito, mas isso não pode ser verdade absoluta, um recorte de jornal!

Lembro-me, Deputado Rossoni, na candidatura a prefeito, não sei quem foi que fez isso, um dos adversários, plantaram uma nota num jornal, aqui de Curitiba, dizendo que a Volkswagen deixaria de se instalar em Ponta Grossa se o candidato do PT ganhasse as eleições. Esta nota foi repassada para os jornais de Ponta Grossa e um dos adversários, não sei quem, tirou xerox da nota. Milhares milhares de panfletos soltados de avião, xerox de uma nota plantada num jornal da capital que se o candidato do PT fosse prefeito a Volkswagen não iria para Ponta Grossa.

Então, é uma deselegância cruel até, é um desrespeito à consciência cidadã dos professores e funcionários colocar uma nota de um jornalista naquele mandato. Tentando induzir os professores dizendo: "O seu Sindicato está aí para fazer política e não para defender os seus interesses."

Não é possível, não podemos aceitar isso! Essa carta merece a nossa indignação, nossa repulsa, merece a nossa voz de protesto dura contra um Governo que aceita que tal coisa seja feita e um governo que vive um estado democrático, que vive tudo aquilo que eu falei aos Senhores Deputados.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje são seres humanos que ali estão, desde quarta-feira. Não sei se todos os Deputados desceram até o Plenarinho. Alguns desses professores brevemente irão parar num hospital. Eles já estão pálidos, porque a indignação moral é tão profunda que eles tiveram a coragem e a ousadia desse ato de indignação, de ir até as últimas consequências porque se sentem agredidos naquilo que têm de mais nobre, que é a dignidade de um cidadão. Jamais acredito que esses professores e funcionários teriam uma atitude dessa em função de um outra negociação que são coisas objetivas.

O Sindicato quando vai para uma greve de uma aumento de salário, ele sabe que há um processo de negociação que está por trás disso. Ele até reconhece que um Governo possa ser mais duro ou menos duro em determinado momento. o governo é responsável por administrar o bem público. Agora, aceitar que o Governo aja desta forma baixa, deselegante, vil até, agredindo a dignidade dos cidadãos, isso eles não aceitam. E num ato de indignação moral fazer um gesto de pura radicalidade, mais uma radicalidade moralmente justificável, colocando as suas vidas em jogo, para que se estabeleça a dignidade de toda uma categoria que tem extrema importância e todos sabemos que são os professores e funcionários da Escola Pública Paranaense, de extrema importância e todos sabemos que são os professores e funcionários da escola pública paranaense, de extrema importância para a construção de um novo Estado que todos sonhamos: com dignidade, com fraternidade e com justiça.

Fazemos desta tribuna um apelo aos Deputados: primeiro, vão conhecer de perto a luta de cidadãos que estão ali dispostos a perderem a sua própria vida, para mostrar um gesto de nobreza contra essa indignidade cometida pelo Governo do Estado. Peço aos Senhores Deputados que ali estejam, para verificar no concreto a luta dessas pessoas. E que exijam do Senhor Governador uma atitude. Esse Governo não pode começar manchado dessa forma, colocando em risco a vida de pessoas que nada mais querem do que a sua dignidade, o seu direito que está garantido na própria Constituição Brasileira. No Artigo 8º da Constituição, inciso 4º, diz o seguinte: "A Assembléia Geral fixará a contribuição que em se tratando de categoria profissional, será descontado em folha para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa indignação não é só minha. Tenho em minhas mãos, uma carta da Arquidiocese de Maringá, enviada ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, de Dom Murilo Kriger, Arcebispo de Maringá. O Deputado Plauto Miró sabe e o Deputado Luiz Carlos Zuk também, porque esse Arcebispo foi Bispo de Ponta Grossa-figura respeitada. E além de Arcebispo de Maringá é Presidente da CNBB da Regional Sul dois. E ele remete uma carta ao Senhor Governador do Estado nos seguintes termos:

(Lê): "Excelência, tenho acompanhado com preocupação o desenrolar dos acontecimentos, envolvendo de um lado a Secretaria de Estado da Educação, e de outro, o Sindicato dos Professores e Funcionários das Escolas Públicas Estaduais.

Penso que é necessária, mais do que nunca, a multiplicação de pontes de diálogo. Não se pode deixar de levar em conta, que a solicitação do Sindicato, a volta do desconto das consignações SIN-COMED e APP, da parte dos professores e funcionários de Escolas Públicas Estaduais, não geram custos para o Estado e atinge tão somente os professores e funcionários que o desejarem." Cabe aqui uma pergunta: por que como Bispo e Presidente da CNBB Regional Sul dois do Paraná, preocupo-me com um problema como esse que a primeira vista não me diz respeito? Além de ser cidadão e de incentivar a participação de todos os problemas da sociedade, levo em conta em meus trabalhos pastorais, uma observação de um documento da Igreja, aprovado por ocasião do Concílio Vaticano II: 'as alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Gaudio Ediceps I.'

Não posso deixar de preocupar-me também com as condições dos que estão em greve de fome

em Curitiba. Deixo claro que não concordo com gestos como esse de colocar em risco a própria vida. Penso que numa democracia temos inúmeras outras maneiras de lutar por aquilo que consideramos de valor. Como porém, de ficar indiferente, diante de uma situação que tende a agravar-se dia-a-dia com conseqüências que poderão ser trágicas, desejando pois, que a busca da paz, da compreensão mútua e do bem comum oriente o relacionamento Governo, Sindicato, Professores e Funcionários, subscrevo-me, atenciosamente, Dom Murilo.”

É importante destacar o que diz Dom Murilo.

A volta do desconto não gera custos para o Estado, e atinge tão somente os professores e funcionários que o desejarem. Por isso pergunto, qual a razão, qual o motivo que se respalda o Governador desse Estado, para impedir que a mensalidade dos professores vá para a APP-Sindicato. Qual a razão política, qual a razão do Estado, qual a razão moral, qual a razão ética que leva o Sr. Governador a agir dessa forma, se não, uma atitude mesquinha, de briga contra o Sindicato, que representa uma categoria e que nada mais fez que do que o seu papel legítimo, defender os interesses da categoria. Se existiram equívocos, entendemos, nós do PT, não aceitamos o que aconteceu na Assembléia, falamos com a direção da APP, a direção da APP de uma forma ou de outra, já se justificou a todos nós.

Agora, não podemos aceitar, em função de alguns distúrbios feitos por militantes, que toda uma categoria pague e que a direção do Sindicato também pague por isso. Não podemos aceitar em hipótese alguma que atitudes desse nível estejam acontecendo à luz do dia, nem na calada da noite, é à luz do dia que está acontecendo absurdos políticos como esse.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Péricles, V.Exa. sabe do esforço que estamos fazendo, para intermediar essas negociações. Agora quero dizer a V.Exa. que a análise que V.Exa. está fazendo, eu não concordo em nada o que V.Exa. fala. V.Exa., com palavras agressivas, age de uma forma, como quem está em campanha eleitoral, e não é esta a vontade desse Deputado. O que temos é que procurar uma saída.

A grande verdade é que na sexta-feira, mesmo distante, eu não estava na capital, participei das negociações por telefone e onde foi colocado uma abertura nessa questão, e que vejo que é democrático. V.Exa. pode achar que não é, mas acho que é!

O Governo disse que passaria a descontar o mês de dezembro, e enquanto isso, concluiria a sondagem que está sendo feita com os professores do Paraná. E parece-me que esta “consulta” é uma palavra maldita, que não querem ouvir. Porque

nada mais democrático do que a consulta. V.Exa. sabe muito bem por que está acontecendo isso.

A grande verdade é que está havendo entre duas pessoas a incompatibilidade, não existe mais condições de sentarem e discutirem esta questão. Existem culpados e com as palavras que V.Exa. está colocando aí, não tenha dúvidas, não está contribuindo em nada para que solucione a questão. Porque falar em ética, querer agredir o Governador, a pessoa do Governador.

Quero dizer, que a atitude do Governador tem o respaldo dos Deputados que apoiam o Governo. Eticamente nós discutimos com V.Exa. quando o senhor quiser, mas a posição do Governo na sexta-feira era de passar, a voltar descontar, até que a consulta terminasse. E, aí, democraticamente se descontaria de quem se manifestasse favorável, nada mais salutar a democracia do que a consulta, e a livre espontânea vontade de que os sindicalizados autorizem e aceitem esse desconto. Da mesma forma que estão aqui com a greve de fome, existe o outro lado da moeda, onde pessoas, exigem que se faça a consulta. Nossa posição, a partir do momento em que ocorreu isso, foi procurar interditar, Vou, agora a tarde, dentro do possível e impossível, fazer a minha parte.

Gostaria que V.Exa. fosse mais brando nas suas afirmações, nas acusações e nos seus questionamentos. V.Exa. está colocando mais como questão partidária do que como uma questão social. E que fique claro que o Governo não está se negando a descontar. A única coisa que o Governo está pedindo que é, fazer uma consulta, e já está fazendo essa consulta rápida para voltar os descontos normais a todos aqueles que assim o desejarem.

Agradeço o aparte.

O SR. PÉRICLES MELLO

Tenho respeito à sua posição, Deputado Valdir Rossoni. Gostaria de fazer a V.Exa. três perguntas e três conjugações pelo o que o Senhor falou.

O Senhor concorda com uma atitude política desse tipo? Que nome o senhor dá para isso? Qual seria o adjetivo que o senhor usaria para qualificar um panfleto como esse?

O Sr. Valdir Rossoni

Responderei com uma pergunta: tem alguma inverdade no panfleto?

O SR. PÉRICLES MELLO

Inverdade, digo ao senhor que tem. O que me preocupa não é isso, mas sim o método. Um governo não pode usar esse método. Não pode. A questão de método é muito pior do que de conteúdo. Ela diz muito mais a alguém do que as próprias palavras ditas. No conteúdo a pessoa pode

estar errada no que pensa. Certa ou errada é um direito. Agora, usar de método desse tipo. Volto a repetir. Que adjetivo temos que usar para esse tipo de panfleto? O Governador Jaime Lerner sabe disso? Sabe desse panfleto? Tem consciência que isso está sendo feito no seu Governo? Essa é a minha primeira pergunta.

Segunda pergunta: um Governo reeleito não pode ficar a mercê de uma disputa de força entre o Sindicato e o Secretário. Um Governo tem que estar acima desse tipo de problema. Se o Secretário tem um problema com a APP, não pode isso ser transferido para o Governo, porque o responsável, em última instância, por essa atitude equivocada, é o governo. Por isso que estamos usando palavras duras, porque o momento merece essas palavras. São vidas de seres humanos que estão ali em jogo. São atitudes indignas de um Governo que foram implantadas por um Secretário que não assinou. Por isso a dureza das nossas palavras. O que fazemos aqui é um apelo ao Governo, para que supere esse conflito, não colocando em risco vidas humanas. Oito trabalhadores que estão ali lutando pela sua dignidade, pelos seus direitos que são assegurados pela própria Constituição e pelo seu Sindicato que é uma representação histórica e bem recebida pela categoria.

E a terceira pergunta: digo ao Senhor e aos demais Senhores Deputados o que penso. O Governo não tem direito de fazer essa pesquisa. Não compete a ele fazer isso. O professor que entende que o Sindicato não merece mais o seu respaldo que mande uma carta ao Governo dizendo que não quer mais pagar. Mas qual Professor fez isso? Que direito tem o Governo de ficar dois ou três meses acabando com o Sindicato que não pode nem pagar seus funcionários, não pode fazer sua luta, desenvolver seu papel social, fazendo pesquisa. Que direito ele tem? Nenhum. Não é papel do Governo fazer pesquisa com os Professores prejudicando de forma direta e clara a sindicalização é um instrumento da democracia e uma conquista do estado de direito. Por isso nossas palavras são duras. Porque o momento e as atitudes do Governo do Estado merece, como nunca mereceu, que nossas palavras sejam duras.

Permito um aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Quero parabenizá-lo pela exposição e reforçar naquilo que entendemos ser uma ambientação política para debate.

Do ponto de vista jurídico, não há dúvidas que a APP está coberta de razão. Ganhou uma liminar na justiça. Uma liminar tem que ser cumprida pelo Governo. O Governo pode arrastar esta discussão, porque caberia a intervenção no Estado do

Paraná, por não cumprir uma liminar que tantas outras estão sendo cumpridas. Portanto, voltaria ao terreno político.

Mas, mesmo assim, tendo a liminar na mão a Direção da APP-Sindicato sempre se propôs discutir politicamente.

Por trás dessa medida estava a intenção da APP se inserir enquanto entidade para discutir o Projeto Político Educacional no Estado do Paraná e exigir uma postura, antes de encerrar o período eleitoral, uma postura do Governo. O Governo se negou a dar, o próprio Secretário se negou a dar, levou uma atitude mais drástica, foi a ocupação de parte do prédio da Secretaria da Fazenda, com que o governo realmente venha mostrar o que estava sendo feito através de PLADEPE, que era um plano que enquadrava toda uma categoria, sendo trabalhado sem a discussão entre eles. Isso fez que trouxesse à tona o perigo que era aprovar um projeto, daquele. Discutiu-se nessa Assembléia, Deputado Anibal Khury e demais Lideranças adotaram a postura de só discutir a partir de fevereiro, do ano que vem.

Isso é democrático, entendeu-se que a APP tinha que ter a participação e jogou para o ano que vem. Em retaliação, só entendo dessa forma, a retaliação foi a suspensão da consignação em Folha de Pagamento.

O Secretário dizer a imprensa que está resolvido o problema, não está resolvido.

Primeiro: cria um impasse no ponto de vista da discussão dos Projetos Políticos Educacionais do Estado do Paraná.

Segundo: se a consulta resolve, a consulta, todo mundo sabe que ela é antidemocrática, é o mesmo que o Governo tutelar, um Sindicato. É dizer o seguinte: "olha, a APP pode continuar discutindo conosco, pode continuar sendo ativa, mas vou dizer quem serão os filiados da APP".

Porque o desconto em folha significa filiação. Não existe filiado sem o desconto em folha, sem a contribuição.

O Governo fala: "olha, a APP, vou recebê-la para discutir os Planos de Cargos e Salários, para discutir a Política Educacional. Pode ela continuar existindo? Não há problema, mas eu é que vou escolher quem serão os filiados da APP".

Isso não é coisa que um Governo sério podia dizer. Além disso Deputado Péricles o grave é que para essa consulta do Governo ser feita, exige, em letra em negrito, que seja confirmada a forma, a assinatura em cartório do professor.

Todo mundo sabe, por que é que a APP adota a postura de cobrar em Folha de Pagamento.

Primeiro: a fonte pagadora é o Governo do Estado e é mas fácil, operacionalmente, descontar em Folha de Pagamento.

Segundo: os professores não iriam ao Banco, porque dá um trabalho a mais. Porque tem que corrigir provas, ele tem que cuidar das atividades junto à comunidade escolar, da sua atividade quanto a dona de casa, quando professor que esta preocupado na sua qualificação. Não ir ao banco fazer desconto, facilita operacionalmente a vida dele, quando ele assina a autorização a APP.

O Governo quer fazer todo o ano uma nova consulta, firmando a assinatura. Ir ao Cartório significa dizer que vai ter que pagar o custo da assinatura, o professor não vai fazer, por uma questão de comodidade.

O Governo sabe muito bem que por uma questão operacional, muitos deixarão de fazê-lo. E isso não é função do Governo, tutelar o Sindicato e saber quem pode ou não ser filiado ao Sindicato.

Então, não está resolvido. Estaria resolvido se deixasse o Sindicato livremente atuar sobre as suas bases. O Sindicato tem a prerrogativa legal de se melhor relacionar com os seus filiados da forma que lhe convier. A soberania está na Assembléia Geral dos seus filiados. Então, não podemos voltar antes da era Getúlio Vargas, que era a tutela absoluta dos Sindicatos. E se o Governo quer discutir democraticamente o futuro da Política Educacional do Estado do Paraná em pé de igualdade, pois tem que deixar de tomar tais medidas.

Por outro lado convém chamar a atenção dos Senhores Deputados, poderemos ter conseqüências graves se algo de pior vier acontecer aqui na Assembléia Legislativa junto aos professores que estão fazendo greve de fome. Está repercutindo negativamente ao próprio governo do Estado, mas muito mais para a imagem de nós paranaenses, a forma antidemocrática da atuação do governo. Uma greve de fome, não só tem a força de uma greve propriamente dita, como também toca na dignidade de cada paranaense, como começou a tocar na dignidade de cada paranaense, movimentos em várias cidades, abaixo-assinados nas ruas de várias cidades como eu próprio presenciei em Cascavel, as pessoas se mobilizando, consternando-se, um movimento pela indignação à forma como o governo vem tutelando a APP Sindicato, nas Câmaras de Vereadores da mesma forma, nos meios religiosos e assim por diante. Muito mais do que uma greve de fome, esta greve move-se pela dignidade que toca o ser humano na sua liberdade de organizar-se.

Esse é o recado que os grevistas estão fazendo. Tenazes professores e funcionários que não querem que o governo diga quem serão os filiados a esse Sindicato.

Obrigado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli

V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Confesso que não conhecia esse documento e me surpreendi.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, solicito o Horário do PDT.

(Assentimento).

O Sr. Luiz Claudio Romanelli

Me surpreendi, porque o PMDB do Paraná é solidário com o movimento que os nossos professores fazem para reivindicar um direito seu, direito absolutamente legítimo, que é de manter o seu Sindicato atuante e numa atitude extremada, fazem um ato que é um ato de desespero, fora a greve de fome, só há um que acostumamos a ver, infelizmente, no mundo inteiro, quando aqueles que ateiam fogo às suas próprias vestes como um ato último e extremo de protesto e vejo que a coluna do jornalista Fábio Campana registra, de forma muito clara, e reflete uma nota que o PMDB do Paraná enviou se solidarizando com o movimento dos professores. Agora, o que não é crível, é verificar que essa nota e V.Exa. bem diz da credibilidade do jornalista Fábio Campana, É transformada num panfleto político onde o atual governo tenta desqualificar, tenta criar um ânimo que possa justificar uma ação politiqueria de um partido como o PMDB que é solidário, como disse, ao movimento dos professores.

Creio que de fato, no momento onde a ética na política brasileira está sendo tão questionada nacionalmente, acho que nós, os paranaenses, peemedebistas ou não, os petistas, todos os professores que são filiados a uma grande corrente que é filiada ao PFL, ao PTB, certamente precisa ter um sindicato forte, atuante e que represente de forma clara e efetiva, a categoria, mas mais do que isso, acho que nós da Assembléia Legislativa do Paraná não podemos sob o risco de ficarmos profundamente envergonhados de continuarmos a ver no nosso Plenarinho, homens e mulheres que acreditam que podem dar o melhor de suas vidas a uma causa e que nós não tomemos nenhuma providência.

Acho que uma comissão de Deputados tem que negociar com o Governo de forma efetiva a a solução desse impasse e colocar, Deputado Valdir Rossoni, um fim a esse ato de protesto que é na verdade, uma vergonha para nós paranaenses, porque reconheço que o Secretário da Educação que está saindo, segundo ouvi declaração suas na imprensa, da Secretaria da Educação, não pode querer sair da Secretaria da Educação com atitudes iguais a essa, que maculam a imagem de qualquer homem público e que efetivamente é um registro às avessas da sua biografia. Então, Deputado Péricles, como peemedebista e como Parlamentar com assento

nesta Casa, quero me solidarizar com Vossa Excelência e com os professores paranaenses. Porque nós do PMDB não temos nenhuma vergonha, ao contrário, temos orgulho de dizer que apoiamos a causa do magistério no Estado do Paraná.

Meus parabéns a Vossa Excelência por esta denúncia e fique até registrado, que, obviamente, foi utilizada uma nota publicada pelo jornalista Fábio Campana, que nada tem a ver com este panfleto que foi distribuído com dinheiro público.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO

Obrigado, Deputado Romanelli.

Agradeço o aparte do Deputado Irineu Colombo, do Deputado Valdir Rossoni, e recebi um bilhete de um professor, perguntando: o Governo vai democraticamente fazer consulta com os servidores do Estado sobre o Fundo de Previdência? - questionando o Governo Lerner. Sem dúvida nenhuma, porque no momento em que opinamos pela consulta, pelo debate amplo e democrático, esse debate não acontece, ele fica entre quatro paredes. E como diz respeito a um sindicato que o Governo não tem nenhum direito de intervir, o Governo tenta passar um conteúdo democrático que não tem feito, entre aspas, uma consulta aos professores, se querem ou não continuar pagando o sindicato.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, apelamos, em nome da grandeza desta Casa, da história da Assembléia Legislativa paranaense, que os Deputados do Paraná não permitam que uma tragédia venha a acontecer por um ato de profunda irresponsabilidade, e mais que isto, de profundo autoritarismo do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra, o Deputado Dr. Rosinha, último orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os Titãs, numa de suas músicas, perguntam o seguinte: "você tem sede de quê? Você tem fome de quê? A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida, a gente quer a vida como a vida quer. Você tem sede de quê?"

No nosso País são duas as razões da fome e da sede. É a fome centenária, por falta de alimentos, e não menos centenária, a sede por justiça que não existe. Quando essa fome e essa justiça se juntam,

gera consciência. Como a consciência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que radicalmente lutam por comida e justiça, defendendo e lutando pela reforma agrária. Essa fome, ela pode ser voluntária que se soma à sede, para a luta por justiça, como fazem os professores e os funcionários da rede pública do Estado, que estão na entrada do Plenarinho já há seis dias em greve de fome.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso e de Lerner, assim como o de Brito no Rio Grande do Sul, que levou seu troco agora, são agentes a serviço da destruição do Estado brasileiro e do patrimônio público. Para fazerem esta destruição, não querem resistência do tipo dessa organizada pela APP-Sindicato.

Para destruir o Estado e a escola pública, precisa destruir o órgão, a entidade que organiza os professores. E esta destruição passa pelo fim do desconto na folha de pagamento da contribuição sindical. Contribuição esta, que é garantida através de duas ações: uma ação política e consciente do professor que assina uma ficha de consignação, autorizando o seu desconto, e a outra legal, garantida no artigo 8º da nossa Constituição, e nos seus parágrafos ou no inciso I. Como diz o artigo 8º, inciso I: "a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de Sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

A chamada pesquisa democrática que Lerner quer fazer, é uma intervenção na organização sindical. Se Lerner é tão democrático como diz, por que não faz plebiscito? Não faz pesquisa? Se o povo do Paraná quer a privatização do BANESTADO, da COPEL e da SANEPAR? Se o povo do Paraná quer a PARANAEDUCAÇÃO? Para isso, as grandes causas econômicas, que vão dar lucro aos empresários que financiam a sua campanha, ele não quer pesquisa, ele quer a intervenção do Sindicato.

Se acham que o servidor está sendo lesado por este desconto, por que permite agiotagem explícita dos agentes financeiros que vão atrás dos funcionários, todos em dificuldade financeira, por falta de salário, e permite a implantação de desconto na folha de pagamento dessa agiotagem?

Lerner, que hoje ocupa democraticamente um governo de um Estado, durante a ditadura foi um filho dileto dessa ditadura militar. E nunca foi às ruas para derrubar a ditadura, porque fazia uso dela para o seu bem pessoal. E essa imagem pessoal que ele criou durante a ditadura, faz com que ele se aproveite da democracia e se eleja. E como filhote - como diz Brizolla - da ditadura, não consegue

romper com suas raízes e ditatorialmente e autoritariamente faz as intervenções no Sindicato.

Ele quer essa intervenção, porque ele destrói a APP. Destruindo a APP ele quer colocar aquela entidade e todos os filiados, de joelhos, à uma política de opressão e de tortura a esses funcionários e professores, impondo o PLADEP.

Para concluir, Senhor Presidente, quero aqui não só em discurso dar minha solidariedade e o apoio a esses funcionários e esses professores.

E aproveito a oportunidade e comunico a Vossa Excelência e aos demais Deputados, que a partir de agora, só sairei dessa sessão amanhã, para a reunião da C.C.J., e para cá voltarei, fazendo uma vigília e um jejum de 24 horas, em solidariedade a esses professores e em protesto ao Governo do Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Antes de mais nada, Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, quero fazer aqui um apelo veemente a Vossa Excelência, no sentido de que me restitua as condições mínimas, necessárias para o bom desempenho do nosso trabalho neste Plenário, afinal de contas, este cantinho aqui, por muitos e muitos anos já foi por nós utilizado e sempre permitiu que tivéssemos bom desempenho na Assembléia Legislativa e fora dela.

A nossa cadeira sofreu bastante, em função do peso, certamente, e foi retirada, mas graças à breve ação do Deputado Luiz Claudio Romanelli, uma cadeira substituta foi colocada, permitindo que parcialmente possamos trabalhar em nosso local, e Vossa Excelência há de convir que não seria oportuno da nossa parte abandonar o nosso local de trabalho. É um risco muito grande de não se retornar a ele na sequência.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Veja Vossa Excelência, que a Direção da Casa e sua equipe tomou todas as providências possíveis para compensá-lo, deixando aqui mais de 50 cadeiras, para que Vossa Excelência possa escolher e assentar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Já escolhemos uma e está sendo de grande valia.

Mas, Senhor Presidente, deixando de lado este momento de descontração, de início quero também registrar aqui a manifestação de solidariedade da nossa Bancada do PMDB, e isto já foi feito pelo Deputado Romanelli, que ao se pronunciar em aparte ao Deputado Péricles Mello, o fez em seu nome e em nome da Bancada do PMDB, que também desta tribuna, no dia 12 de novembro, através desta liderança, manifestou o seu ponto de vista, a sua solidariedade em relação ao movimento que envolve o magistério do Paraná, os professores, os trabalhadores em educação do Estado do Paraná. Portanto, que se registre mais uma vez a nossa solidariedade aos professores e trabalhadores em educação do nosso Estado.

Mas, venho à tribuna, Senhor Presidente, para tratar, rapidamente, de três assuntos, e por isso pedi o Grande Expediente.

Vossas Excelências sabem, porque aqui já nos manifestamos a respeito da problemática que hoje existe no interior do Estado do Paraná, com a exigência que vem sendo feita por algumas entidades ambientais, na averbação e apresentação da Reserva Legal por parte dos produtores rurais. Esta Reserva Legal é uma exigência do Código Florestal e que através da Lei Agrícola de 17.01.71, ficou estabelecida a necessidade de regulamentação deste disposto na Lei Agrícola de 1971. E, independente disso, os produtores rurais estão sendo altamente prejudicados, porque estas entidades estão acionando os produtores rurais e estes, para fazer a sua defesa, tem que contratar advogados e estão dispendendo três, quatro, cinco mil reais em cada ação.

Li também, nesta semana, a manifestação do meu colega Deputado Miltinho Puppio, no Jornal "Tribuna do Norte", na Cidade de Apucarana, onde ele também coloca a sua solidariedade aos produtores rurais do Paraná, e se compromete em lutar por este assunto.

E, quero trazer ao conhecimento da Casa, já que estive reunido hoje com o Deputado Moacir Micheletto, durante um evento patrocinado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e ele prontamente fez com que sua assessoria nos remetesse informações a esse respeito.

Então, passo a conhecimento dos Deputados, uma manifestação do Deputado Moacir Micheletto, a respeito deste assunto "Reserva Legal".

"RESERVA LEGAL É TEMA DA REUNIÃO NA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Brasília, 12.11.98 - Da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Deputado Moacir Micheletto)

O Código Florestal Brasileiro foi discutido em reunião ontem, 11.11.98, na Casa Civil da Presidência da República. O assunto é continuidade a aprovação do requerimento de número 39/98, do

Deputado Federal Moacir Micheletto (PMDB/PR), aprovado pela Comissão de Agricultura e Política Rural, em 28.10.98.

O motivo da reunião foi discutir sobre o problema e uma forma de coibir a atuação de pretensas associações de defesa do meio ambiente que, mediante ações civis públicas, têm obrigando proprietário rurais a cumprirem os 20% da área da propriedade para efeito de reserva legal, conforme exigência do Código Florestal, na ausência de regulamentação da Lei Agrícola, o que vem impondo ao produtor rural pesados encargos com honorários advocatícios e outras custas processuais, considerado pela classe, totalmente insuportáveis na atual conjuntura da crise do setor agrícola.

Para Micheletto, a atuação dessa forma, sem critérios, vem prejudicando muito os agricultores paranaenses, em especial os pequenos agricultores que se vêm obrigados a reservar 20% das suas pequenas propriedades, o que ocasiona perda na sua pequena área de plantio. 'Sem uma medida, sem os devidos parâmetros de adequação, certamente vai decretar falência do pequeno agricultor', disse o Deputado.

Na próxima quarta-feira, dia 18.11, se reunirão em Brasília, na CNA - Confederação Nacional da Agricultura, membros das Federações da Agricultura do País, Frente Parlamentar da Agricultura, representantes da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados para discutirem a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro, com relação a reserva legal. A proposta será encaminhada para análise e apreciação da Presidência da República para que o Executivo Nacional solucionasse este problema.

Na Casa Civil, além do Deputado Federal Moacir Micheletto, estiveram presentes para discussão sobre o assunto, o Deputado Federal Valdir Colatto (PMDB/SC), o vice-Presidente da OCB e Presidente da OCVEPAR, Senhor João Paulo Koslovick; Presidente da Comissão Nacional do Meio Ambiente e da Confederação Nacional da Agricultura, Senhor Assuero Veronez; e, da Presidência da República, Senhores Carlos Coutinho e Paulo Oiram.

O Código Florestal se refere à Reserva Legal, de modo a se criar condições para a regulamentação da Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1971 - Lei Agrícola. (TM)

COMISSÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E POPULAÇÕES INDÍGENAS

Reunião de 18.11.98 - Auditório da CNA, 10:30 hs

SÚMULA

1. PAUTA:

I - Reserva Legal: apresentação e discussão da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o instituto da RL.

II - Projeto Mata Atlântica: situação atual.

2. DESENVOLVIMENTO:

I - Reserva Legal (RL):

a) Apresentação e discussão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o instituto da RL.

O assunto foi amplamente debatido pelos representantes das Federações Estaduais da Agricultura do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Acre, São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais, e representantes das seguintes entidades: OCEPAR, COAMO e OCB. Contou-se ainda, com a manifestação dos Deputados Moacir Micheletto e Roberto Balestra. Uma comissão, integrada por representantes das entidades presentes e acompanhada pelo Deputado Moacir Micheletto, reuniu-se com assessores da Casa Civil da Presidência da República. Foi feito um relato sobre a gravidade do assunto e ressaltado a necessidade de adoção de uma medida emergencial.

A deliberação sobre o assunto ficou assim encaminhada:

- Encaminhar urgente sugestão ao governo para edição de Medida Provisória visando suspender as ações judiciais movidas contra os agricultores;

- Interposição da ADIN no STF contra a Reserva Legal;

- Realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, com o objetivo de encontrar soluções técnicas e jurídicas sobre a questão.

II - Projeto Mata Atlântica: situação atual.

Foi feito um relato sobre a conservação da Mata Atlântica e a necessidade de definição de mecanismos de incentivo econômico, tendo em vista a inocuidade de normas puramente restritivas. A CNA contratou, junto a professores da Universidade Federal do Paraná, um estudo de direito comparado. O estudo objetiva identificar os instrumentos e mecanismos de fomento à conservação ambiental, disponíveis em outros países, e sua adequação à Política de Conservação para a Mata Atlântica.

3 - PRESENCAS REGISTRADAS

a) Representantes de Entidades do Setor Rural:

1. Antônio de Salvo - Presidente da CNA:

2. Assuero D. Veronez - Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA:

3. Leôncio de Souza Brito Filho - FAMASUL;
4. Osvaldo Guimarães - FAEG;
5. Sálvio Osmar Tonini - FAESC;
6. Carlos Alberto Santos Oliveira - FAEMG;
7. Silvia Helena Galvão De Miranda - FAESP;
8. Pedro Ferreira Arantes - FAEG;
9. Osvaldo Guimarães - FAEG;
10. Elizete Araújo Ramos - FAMATO;
11. Nasser Iunes - FAET;
12. Carlos Xavier - FAEPA;
13. Djalma Sigwalt - FAEP;
14. Nei L. Cesconetto - COAMO;
15. José Napoleão Camacho - COAMO;
16. L.C. Colturado - OCB;
17. Nelson Costa - OCEPAR.

b) Parlamentares:

1. Senador Jonas Pinheiro da Silva;
2. Deputado Luciano Pizzatto;
3. Deputado Moacir Micheletto;
4. Deputado Roberto Balestra;
5. Deputado Valdir Colatto."

Faço, Senhor Presidente, este relato de forma até minuciosa para que os Senhores Deputados, todos, possam ter ciência e consciência da gravidade do problema.

Na semana passada um amigo meu, colega meu também médico veterinário, amigo também do Paulo Gorski, do Edgar Bueno, lá de Cascavel, Joaquim Felipe Laginski, me ligou pedindo algumas informações a esse respeito. Passei a ele as informações que tinha e ele me anunciava que na Comarca de Cascavel mais de 300 ações contra produtores rurais tinham sido protocoladas.

O Deputado Edson Silva Lino também nos falava, na semana passada, de Grandes Rios; lemos nos jornais a questão da região de Paranavaí, lemos a manifestação do Deputado Miltinho Puppio nos jornais. Estamos acompanhando isso atentamente, junto a OCEPAR, junto a FAEP, junto ao Instituto Ambiental do Paraná, junto a Federação da Indústria do nosso Estado.

Estamos também acompanhando de perto a ação do Deputado Micheletto, do Deputado Pizzatto, conversamos hoje com o Deputado Ricardo Barros e com o Deputado José Janene no sábado, para que possamos encontrar uma solução para este problema.

Tínhamos que adiar esta exigência que faz o Código Florestal, regulamentarmos o artigo da Lei Agrícola que disciplina a questão da reserva legal, para que possamos dar tranquilidade aos produtores, dar a eles instrumentos de que forma e maneira possam agir para atender essa exigência da Lei Agrícola e do Código Florestal.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Orlando Pessuti, se não bastasse a dificuldade que vive a nossa agricultura, o empobrecimento de agricultor, as dificuldades das intempéries, agora mesmo estamos vivendo lá na nossa região um período de grande estiagem, prejudicando a cultura da soja, do feijão, do milho. Se não bastasse o êxodo que isso determinou no campo, mais outros problemas que inúmeras vezes debatemos aqui, como a falta de crédito ao agricultor, a falta de apoio, vem estas organizações não governamentais para atazanar a vida do agricultor!

Só na Comarca de Guaraniaçu, Deputado, mais de 80 ações haviam dado entrada até a semana passada, criando um clima de verdadeiro terror para nossos agricultores. Por isso é louvável a atitude do nosso Deputado Moacir Micheletto, paranaense e defensor da agricultura, que lá em Brasília, pelo relato que Vossa Excelência fez aqui, demonstra a sua inteira lealdade com a nossa agricultura, buscando alternativas para minimizar este problema que há pouco tempo atrás começou a aparecer, aqui no Paraná, com estas ações na Justiça.

Eu, conversando com alguns agricultores que foram acionados, Deputado Pessuti, pude sentir a tristeza, a amargura, o desestímulo deles, que já não tinham vontade de continuar na lavoura. E o "embrulho" é tão grande, tão profundo, tão problemático, que, veja, agricultores que compraram propriedades, ao comprarem esta propriedade, já não tinha mais a reserva legal. De forma que culpa eles não tinham pelo desmatamento total daquela propriedade. Não obstante, com relação a este assunto já ter jurisprudência que isenta o agricultor que tenha comprado uma propriedade e que ela não tenha reserva legal, todavia o fato é que este assunto tem criado uma dificuldade graúda, terrível para nossa agricultura.

Por isso que - Vossa Excelência, na semana passada já trouxe este assunto aqui - hoje volta novamente com este assunto que pouca atenção recebe dos Deputados que compõe este Parlamento, mas que é de grande importância, como importante é a greve do magistério. A greve de fome dos professores que aqui estão com muita justiça lutando pelos seus direitos também, o assunto que V.Exa. aborda aqui é de grande importância para a economia do Paraná. Por isso, Deputado Pessuti, quero aqui manifestar a minha solidariedade ao assunto aqui abordado por V.Exa. e dizer que olho com muita simpatia a atuação do Eminentíssimo paranaense, Deputado Federal eleito pelas mãos abençoadas dos nossos agricultores, que lá em Brasília não está se descuidando de defender a nossa agricultura, que é o nosso querido Deputado Moacir Miqueleto.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao Deputado Nereu Moura pelo Aparte, o incluo em meu pronunciamento. E nós vamos permanecer atentos a esta questão, sempre em contato com FAEP, FETAEP, OCEPAR, Instituto Ambiental do Paraná, e com os Deputados Moacir Miqueleto, Deputado Pizzato e demais Deputados, para ver o desdobramento desse assunto, porque acreditamos, que nos próximos dias alguma solução haverá de acontecer.

Queria também na tarde de hoje, fazer um breve registro, já que não tive tempo de ler a matéria inteira, mas registrar com certo contentamento a proposta que vi chegar aos jornais através do ex-Prefeito de Londrina, Wilson Moreira. Proposta séria e viável para a Reforma Agrária: arrendar as terras ao invés de desapropriá-las. E a matéria traz aqui um comentário da sugestão de que os proprietários rurais poderiam arrendar ao Governo as suas áreas produtivas, até improdutivas, de forma que o Governo pudesse se utilizar dessas áreas para os Programas de Reforma Agrária, pagar isso mensalmente, dando ao produtor muitas vezes uma renda maior do que dar a ele o título da dívida agrária e dar ao Governo uma despesa menor do que aquela que dá à emissão dos títulos da dívida agrária.

Faço esse registro de contentamento, porque me lembro, em meu 1º mandato, em 1983, e 1984 nesta Assembléia Legislativa, fizemos os debates e propostas a cerca do Comodato de Terras, que o Governo deveria dispor de áreas para comodatar-las com os proprietários rurais ou com o Movimento dos Sem-Terras que naquela ocasião estavam iniciando no Estado do Paraná, no Rio Grande do Sul, como forma de assentar pessoas através do arrendamento de terras e colocá-las a produzir no campo, coisa que não aconteceu e os programas de reforma agrária até hoje não solucionaram a falta de terras nesse País.

Portanto, há 15 anos atrás nós defendíamos aqui no Paraná, que o Governo comodatasse terras suas para com aqueles que quisessem nela trabalhar. E hoje registro com satisfação, ao ver o jornal que 15 anos depois, o Dr. Wilson Moreira, ex-Prefeito de Londrina, propõe que o Governador, ao invés de ficar nesta polêmica toda da desapropriação de áreas, possa arrendá-las e colocá-las à disposição daqueles que querem trabalhar.

O último assunto que queremos abordar no dia de hoje, ele vem em consonância aquilo que já disse o eminente Deputado Federal, Afonso Camargo, um dia desse no programa "Bom Dia Paraná" ou "Bom Dia Brasil". se não me falha a memória. Naquela oportunidade despertou em nós uma certa curiosidade para ver como as coisas andavam também em nossa região. Fui me informar com algumas pessoas de minha cidade de Ivaiporã, a quantas

andavam o pagamento do aluguel dos imóveis locados ao Estado e também constatei que lá em Ivaiporã o prédio onde funciona o centro de Ensino Supletivo, o CES, está com o aluguel atrasado há 6 meses.

E hoje, vejo no Jornal "Gazeta do Povo", na sua página 11, uma nota publicada pela Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas. E faço a leitura para que fique registrado aqui na Assembléia Legislativa, aquilo que nós já dissemos por todo o Estado do Paraná e que nesta Assembléia já dissemos em outras vezes, da situação de desequilíbrio financeiro a que chegou o Estado do Paraná no atual Governo. Diz a nota da APOP: (Lê) As Associadas da APOP - Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, reunidas em Assembléia Geral Extraordinária, atendendo ao edital publicado em conformidade com os estatutos vigentes, deliberaram por:

* Oficiar ao Senhor Governador, relatando a difícil situação econômica em que se encontram os construtores e consultores associados contratados, face à inadimplência do poder público estadual. Assim resolvem:

1. Reivindicar uma imediata solução para o pagamento das obrigações vencidas;
2. Solicitar a definição quanto à continuidade dos programas em desenvolvimento, bem como um planejamento para os recursos disponíveis mensalmente;
3. Propor soluções para o equacionamento dos problemas que envolvem o ritmo das obras objeto dos contratos vigentes;
4. Manter em aberto os trabalhos da presente Assembléia Geral Extraordinária.

Curitiba, 17 de novembro de 1998.

A mim me parece uma publicação desta, uma cobrança ao calote que o Governo vem dando aos empreiteiros do Paraná. Não é apenas de quem se aluga imóvel que não se paga, mas também os empreiteiros estão aqui reclamando. E para alguém chegar a uma situação de cobrar via jornal e dizer que uma Assembléia está em aberto, imagine na cabeça de cada um de vocês o esforço e a tentativa que já fizeram, imagino, para receber essa cota.

E, mais uma vez, Sr. Presidente, pedir ao nobre Deputado Valdir Rossoni, já que ele assim nos prometeu na semana passada, uma audiência com o Secretário dos Transportes, para que possamos, depois quero convidar o Hermas, o Miltinho, já que somos fregueses usuários da Rodovia, que liga Posto Paripa, Reserva, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, para que possamos relatar a terrível situação em que se encontra aquela estrada. por lá trafeguei na última sexta-feira, num trecho que normalmente se consome cinquenta minutos de

veículo, nesta semana gastei mais que uma hora e meia, para poder vencer o mesmo trajeto. Tanto são os buracos, tantos são os riscos que se submete quem por aquela estrada trafega. Era isso Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

PPB. PSDB. PTB. PFL. Liderança do Governo.
(Declinam)

Está encerrada a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/98, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

Conseqüentemente incorporada no bojo do projeto.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Tamboara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação Pontagrossense de Portadores das Deformações Faciais - APPDF, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/98, de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Creche Sant'Ana, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância e a Maternidade Rainha do Lar, com sede em Santa Lúcia e foro no Município de Lêonidas Marques. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

Incorporada no projeto a emenda.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APAM - Associação Perolense de Amparo ao Menor, com sede e foro na Cidade de Pérola. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que altera o art. 5º, da Lei Estadual nº 12.241 (Fundo Especial do Ministério Público), de 28 de julho de 1998. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/98, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 044/98. Ficam incluídas as funções de Bioquímicas Plantonista, Cirurgião Dentista Plantonista, Médico Plantonista e Médico Veterinário Plantonista, no cargo único de Agente Universitário da carreira do Pessoal Técnico Administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES), de que dispõe o Anexo II da Lei nº 11713 de 07/05/97. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres das Escolas Formação e Kambalhota, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1874, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1862, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Requeiro, em virtude de ausência do Deputado José Maria Ferreira, que transferíssemos para amanhã o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Devidamente acatado e transferido o requerimento.

Requerimento nº 1864, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1866, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1867, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1868 e 1878, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1869 e 1870, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1871, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1872 e 1873, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, com apoioamento

do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborguetti, constante do expe-diente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1875, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1876, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1854, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Tenho todas as informações, aqui, do requerimento do ilustre Deputado. Também, requeiro a Vossa Excelência que se possível fosse retirado o requerimento. Está aqui o Deputado Neivo Beraldin que receberá as informações nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Pedido retirado pelo autor do requerimento.

É com satisfação que essa Mesa Executiva convida os Srs. Deputados para amanhã às 17:30 a entrega com proposição o Deputado Eduardo Trevisan, ao excelentíssimo Sr. Rogério Portugal Bacellar, o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Todos os Srs. Deputados estão convocados para a Sessão Solene, após a Sessão Ordinária de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 465/97, 258, 295 e 297/98.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução nºs 011, 012 e 013/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 302 e 334/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 185, 299, 308, 382, 440, 444 e 446/98.

Marco ainda, uma Sessão Solene de outorga do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Rogério Portugal Bacellar, a realizar-se às 17:30 horas do dia 24 do corrente mês.

Levanta-se sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 747/97, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME
Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 062/98, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME
Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 99/98, em seguida o Deputado José Tavares apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 373/97, 542/97 e 566/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME
Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado José Tavares apresentou Redação Final aos Projetos de Lei de nºs 100/98 e 106/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME
Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar

Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Renato Adur apresentou Redação Final aos Projetos de Lei de nºs 013/98, 505/97, 034/98 e 196/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior

Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dia do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Walmor Trentini apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 197/97, 510/97, 685/97, 045/98, 091/98, 178/98, 211/98 e 219/98, e o Deputado José Tavares apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 105/98, 163/98, 197/98, 198/98 e 199/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior

Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dia do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada

a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Walmor Trentini apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 516/96, 440/97, 169/98, 183/98 e 187/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior

Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Eduardo Trevisan apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 080/98, 156/98 e 186/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 13ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA 17ª ATA ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Paulo Gorski, Florisvaldo Fier, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Eduardo Trevisan, Edgar Bueno, Valdir Rossoni e os demais Deputados: Orlando Pessuti e Irondi Pugliesi. Havendo número legal, o

Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 391/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 357/98, de autoria dos Deputados Paulo Gorski, Edgar Bueno, Luiz Carlos Alborghetti e Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 303/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 413/98, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 285/98, de autoria dos Deputados Edgar Bueno e Paulo Gorski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 448/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 446/98, de autoria do Deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 444/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 443/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 440/98, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 308/98, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 185/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 382/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 452/98, de autoria do Poder Executivo. Devido a complexidade da matéria, o Senhor Presidente determina a retirada de pauta até a próxima reunião, bem como a entrega de cópias a todos os Deputados desta Comissão de Constituição e Justiça; 15) Projeto de Lei nº 182/98, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti. O Deputado Florisvaldo Fier apresenta voto em separado, solicitando anexar este Projeto de Lei ao de nº 123/98 por se tratar de matéria semelhante. O Senhor Presidente determina a retirada de pauta do presente projeto e o pedido de arquivamento para ser apresentado em Plenário por esta Comissão; 16) Projeto de Lei nº 392/98, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 447/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária